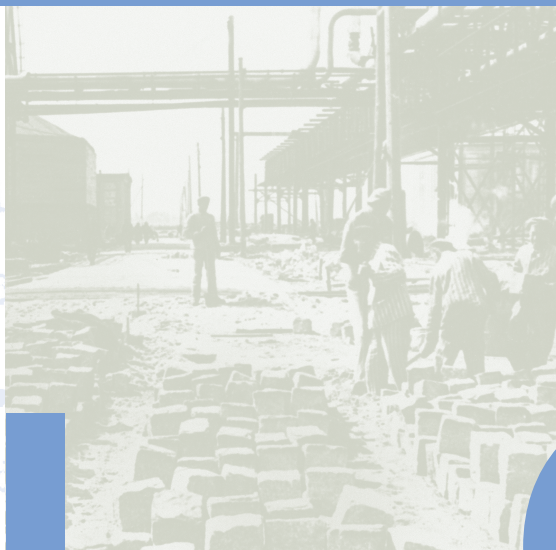


II Encontro De Famalicão para o Mundo



MIG

**Migrações
e trabalho
forçado em
contexto de
guerra**

R

AÇ

Õ

24.

25.09.21



**Pequeno Auditório da
Casa das Artes / VN Famalicão**
presencial e online





Os Portugueses no Sistema Concentraci3n3rio da Alemanha Nazi (1939-1945)

Fernando Rosas

Coordenador do Projeto "Os portugueses no sistema concentracion3rio do III Reich"

O tema da confer3ncia ser3 abordado com os seguintes t3picos principais:

1. Guerra, economia de guerra e m3o de obra da Alemanha nazi.
 - a) 1939-1942: *dr3le de guerre*, ocupa33o do ocidente europeu, ataque 3 URSS e interven33o no Norte de 3frica.
 - b) 1942-1945: trabalho for3ado, trabalho escravo, *stalags*.
2. Os trabalhadores portugueses como for3a de trabalho do III Reich:
 - a) Do trabalho volunt3rio 3s "A33es Saukel" em Fran3a.
 - b) Os refugiados da Guerra Civil de Espanha.
 - c) Os portugueses nos campos de concentra33o.
 - d) Os militares portugueses nos Stalags.

3. Convocar a mem3ria. Visitas das escolas ao campo de Mauthausen

4. Conclus3es

Notas biogr3ficas

Historiador. Professor Em3rito da Universidade Nova de Lisboa. Professor Catedr3tico jubilado de Hist3ria Contempor3nea da FCSH/NOVA. Investigador do Instituto de Hist3ria Contempor3nea da FCSH/NOVA. Coordenador do projeto de investiga33o FCT "Portuguese inmates in nazi concentration camps". Autor de variada bibliografia sobre a Hist3ria do S3culo XX na Europa e sobre Hist3ria da I Rep3blica e do Estado Novo em Portugal. Obras mais recentes: coordenador e coautor de O S3culo XX Portugu3s, Tinta da China, 2020 e Os Portugueses no Sistema Concentraci3n3rio da Alemanha Nazi, Imprensa Nacional, 2021



Migrações recentes: sensibilidade e consciência Narrativas “históricas” de jovens de famílias imigradas

Isabel Barca
FLUP/CITCEM

Num tempo em que as escolas portuguesas se constituem progressivamente como comunidades multiculturais, torna-se visível a frequência de estudantes oriundos de famílias que emigraram dos seus países não apenas por aspirarem a uma vida de bem estar económico mas, e sobretudo, para escapar a situações de profundos conflitos e perturbações nas sociedades onde viviam. Numa linha de pensamento educacional que dá relevância ao desenvolvimento de aprendizagens essenciais por parte de todos os alunos, será necessário que na escola se pratique uma atitude pró - intercultural de respeito pelos vários “outros”. E para se praticar esta atitude com coerência, ela deve manifestar-se não só em ambientes de convívio informal ou em atividades, clubes e projetos atrativos, mas também nos procedimentos usuais de ensino e aprendizagem no decurso das aulas. A esta escala, nas áreas de Ciências Humanas e Sociais e designadamente em História, torna-se premente que não se faça tábua rasa das vivências prévias desses alunos, mas antes que sejam valorizadas em pé de igualdade com as dos colegas que partilham da cultura convencional do país em que agora vivem e estudam. Aliás, porque existem sempre diferenças individuais e culturais até mesmo no seio de qualquer microcosmo social, tal reflete-se naturalmente nas vivências escolares das crianças e jovens; por isso, em História propõe-se que as ideias prévias dos alunos sejam exploradas e incorporadas na (re)construção dos seus saberes, tal como vários estudos sobre cognição têm proposto.

Com o propósito de fornecer contributos para um ensino e aprendizagem de História mais sustentado, têm sido realizados vários estudos em Portugal sobre as ideias que alunos de diferentes anos de escolaridade e regiões deste e de outros países vão construindo em História (por exemplo, sobre interpretação de fontes, explicação, multiperspetiva, narrativa). Nesta linha de investigação em educação histórica, realizou-se um estudo exploratório numa turma de 9º ano de História com características multiculturais, numa escola da Grande Lisboa, e em que foi solicitado aos alunos que escrevessem uma narrativa da história do seu país nos últimos cem anos. Cada jovem contou a seu modo a história do seu país, situado na América do Sul, na África, na Ásia ou na Europa (incluindo em Portugal). E, nessas narrativas, incluem-se algumas que dão conta de uma história nacional difícil, atribulada, com culturas e vivências menos familiares para quem sempre viveu nesta parte do planeta. Dessas últimas, serão apresentados alguns extratos neste Encontro sobre “Migrações e trabalhos forçados em contexto de guerra”, para serem objeto de reflexão na perspetiva de, enquanto formadores, buscarmos uma atitude de diálogo intercultural, mas não intrusivo, com jovens portadores de heranças identitárias dolorosas e ainda tão próximas.

Palavras-chave: história nacional de alunos imigrados, interculturalidade na aula de história, histórias difíceis de jovens imigrantes, narrativas históricas de alunos.

Notas biográficas

Professora Associada com Agregação pela Universidade do Minho (aposentada), é investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM) e foi investigadora do Centro de Investigação em Educação (CIED) da Universidade do Minho. Tem Doutoramento em ‘History in Education’ pela Universidade de Londres, Mestrado em Ensino de Ciências Sociais pela Universidade de Boston e Licenciatura em História pela Universidade do Porto. Docente na Universidade do Minho de 1988 a 2013 e Professora visitante na UFPR, Brasil em 2014, tem orientado projetos de pós-doutoramento, doutoramento e mestrado na linha da Educação Histórica e coordenado vários projetos, com destaque para os de “Consciência Histórica – Teoria e Práticas I e II” financiados pela FCT. Publicou, entre outras obras, “O Pensamento Histórico dos Jovens” (2000) e várias Atas das Jornadas Internacionais de Educação Histórica (individualmente ou em coautoria) pelo CEEP/CIED da U. Minho e pelo CITCEM da U. Porto, além de artigos e capítulos de livros em diversos países.



Emigração para o Brasil

Jorge Fernandes Alves

FLUP/CITCEM

Manuel DA SILVA, commerçant, demeurant à
Bordeaux 93 rue de Tuzia, est né à FAMILICÃO
(Portugal) le cinq avril mil neuf cent vingt

As populações movem-se em função de razões económicas, sociais, políticas ou ambientais, havendo entre as migrações voluntárias e as migrações forçadas situações coletivas ou pessoais variadas. Daí a validade do clássico esquema teórico "push-pull", quando procura explicar a decisão de partir com base nos desequilíbrios entre os fatores de expulsão e os fatores de atração, respetivamente, nos lugares de partida e de destino, ainda que nessa balança subsista um grande efeito da subjetividade e um papel incontornável dos modelos de informação. Não resta, porém, dúvida de que as partidas obedecem a razões expulsivas em favor do maior poder de atração, ainda que hipotético, nos horizontes dos destinos.

Neste contexto, a comunicação a apresentar procura definir o quadro geral da emigração que se verificava para o Brasil, principalmente no contexto social do Noroeste de Portugal. Para além da investigação do autor, serão referenciados trabalhos já produzidos por outros investigadores que aprofundaram estas migrações, nomeadamente em relação aos casos ligados ao concelho de Vila Nova de Famalicão. Serão apontadas diferentes conjunturas subjacentes a picos de emigração, de forma a caracterizarmos esse efeito "push-pull" na combinação de fatores expulsivos subjacentes aos movimentos das pessoas que partiram para o estrangeiro, neste caso com destino ao Brasil. E, nessa medida, serão referenciados alguns casos individuais como ilustrações dos quadros gerais apontados.

Palavras-chave: emigração, expulsão, atração, decisão.

Notas biográficas

Licenciatura (1980), mestrado (1986), doutorado (1993) e agregação (2000) em História, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde foi professor catedrático, atualmente aposentado. Docente de História Contemporânea no Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais. Investigador do CITCEM- Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória. Foi Diretor da FLUP (2007-2010). Presidente do Conselho Pedagógico (1994-1995), Presidente do Departamento de História (2001-2002; 2005-2007); Diretor do Mestrado em História Contemporânea; Diretor do Doutoramento em História. Áreas de investigação: Migrações, história das instituições, história portuária, história da saúde, história económica e social.



Fluxos obrigatórios de migração temporária para a África / 1961-1974

José Manuel Lages
MGC

A emigração e a colonização são dois dos fenómenos sociais que mais marcaram a sociedade portuguesa na longa duração.

Interligados entre a expansão europeia iniciada no século XV e a independência do Brasil em 1823, voltaram a articular-se parcialmente nas últimas décadas do império português em África.

A mobilidade entre a «Pátria Mãe» e as suas colónias no continente africano, que atingiu o seu auge entre o fim da **II Guerra Mundial e 1974**, enquadra-se num tipo específico de **movimento migratório, a migração ultramarina**.

A fase de acentuada "migração" portuguesa para África coincide entre 1961 a 1974, conhecido por período da guerra colonial, mobilizando, nos treze anos deste conflito, cerca de um milhão e duzentos mil militares, originando uma migração obrigatória temporária de parte da população portuguesa para Angola, Guiné e Moçambique.

Nota biográfica

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Mestre em História da Colonização Portugal-Brasil pela Universidade do Minho. Professor do 3º ciclo e secundário. Diretor Científico do Museu da Guerra Colonial. Tem várias publicações sobre a Guerra Colonial e emigração portuguesa para o Brasil. Tem participado em colóquios, seminários e congressos no país e no estrangeiro com destaque no congresso da Frelimo em Moçambique.

Fait en notre cabinet à Bordeaux
LE 23 SEPTEMBRE 1946.-



O impacto (presente e futuro) da pandemia nos fluxos migratórios

Vasco Malta

OIM Portugal

De acordo com os dados da Organização Internacional para as Migrações, cerca de **3 milhões de migrantes** em todo o mundo, ficaram (ou ainda estão) bloqueados por causa do fecho das fronteiras e dos confinamentos obrigatórios. No entanto, como sabemos o impacto na pandemia é muito forte, mas é assimétrico, isto é, não é igual em todo o lado, nem para todas as pessoas. Os imigrantes normalmente são a parte mais **vulnerável** das sociedades. Têm, normalmente, empregos precários, vivem em condições de habitação muitas vezes sobrelotadas e, obviamente que o vírus as atingiu particularmente. A verdade é que durante os períodos de confinamento, para que todos nós pudéssemos continuar a comer, alguém tinha que estar a trabalhar nos campos, alguém tinha que estar nos supermercados, alguém tinha que conduzir os autocarros, alguém tinha que efetuar entregas em regime takeaway, e, normalmente essas profissões têm uma grande presença de imigrantes.

Ora, o grande desafio para os fluxos migratórios é garantir a **integração** dos imigrantes nos **planos nacionais** de vacinação. Como diz o secretário-geral das Nações Unidas, ninguém está seguro enquanto todos não estivermos seguros e a verdade é que os vários milhões de doses que já foram distribuídas e aplicadas, foram repartidas de forma assimétrica, com cerca de 80% nos países desenvolvidos do Norte, e apenas 20 % nos países em vias de desenvolvimento do sul.

Agora, as migrações não vão parar. E no futuro, quando se viajar, atravessar fronteiras, seja para efeitos de transporte de mercadorias, seja para tratar de negócios ou prestar serviços, os **controles fronteiriços**, seja lá onde ocorrerem, vão incluir cada vez mais uma **componente de saúde**. Estarão os vários países do mundo preparados para um novo investimento em infraestruturas? Como se garante a interoperatividade dos sistemas nos diversos países do mundo? Estas e outras questões a serem respondidas no II Encontro – De Famalicão para o Mundo: Migrações e Trabalho Forçado em Contexto de Guerra”.

Palavras-chave: pandemia, migração, fronteiras, integração.

Nota biográfica

É licenciado em Direito e L.LM em Direito Europeu em Contexto Global, pela Católica Scholl of Law. Foi advogado desde 2005 e iniciou o seu trabalho na área dos direitos humanos no Alto Comissariado para as Migrações e o Diálogo Intercultural, em Portugal, em 2009. Foi também responsável jurídico da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial e fez parte da Comissão Nacional de Direitos Humanos. Foi nomeado, pelo Governo Português, em 2009 como Oficial Nacional de Ligação para a Agência Europeia dos Direitos Fundamentais da União Europeia e, desde 2014 até 2018, trabalhou na Agência como Perito Nacional destacado, coordenando, entre outros, a rede de Oficiais de Ligação Nacional da EU junto da Agência, a rede EU dos Pontos Focais dos Parlamentos Nacionais, o projeto EU Working Party on Hate Crime e foi ainda responsável pela cooperação entre a Agência e as redes de profissionais da justiça da UE. Em fevereiro de 2018 foi designado Adjunto do Senhor Alto Comissário para as Migrações, sendo que assumiu funções, em Março 2019 como Diretor para as Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes do Alto Comissariado para as Migrações. Em novembro de 2019 foi nomeado Adjunto do Ministro da Administração Interna, para as áreas das migrações, refugiados, tráfico de seres humanos e violência doméstica e foi designado como Conselheiro na Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial em representação do Ministério da Administração Interna. Em novembro 2020, depois de um processo de seleção internacional, foi escolhido como Chefe de Missão da Organização Internacional das Migrações (IOM) (Agência das Migrações das Nações Unidas) em Portugal. É frequentemente orador convidado em diversas conferências nacionais e internacionais.



A emigração portuguesa em França no entreguerras

Cristina Clímaco

IHC/NOVA - FCSH

Arminda Ferreira

CMVNF



Os fluxos migratórios para França iniciam-se em 1916 com a assinatura do acordo de mão-de-obra, assinado em outubro de 1916, no qual Portugal se compromete a fornecer trabalhadores para as indústrias de guerra francesas durante a duração do conflito mundial. Na ótica portuguesa, o fim da guerra pôs termo à saída de trabalhadores para França, regressando-se a uma postura contrária à saída de mão-de-obra, procurando canalizá-la para antigos projetos de colonização em África e de desenvolvimento agrário em Portugal. Por seu turno, a França tem necessidade de uma importante mão-de-obra para a reconstrução e para relançar a economia, pelo que procura passar um novo acordo com Portugal a partir de 1919. A falta de acordo e a atração que exercem as oportunidades de trabalho em França levam ao desenvolvimento da emigração clandestina, que constitui uma das principais características do destino europeu.

Contrariamente às expectativas do Governo português, no pós-guerra inicia-se um movimento migratório para França. Longe do volume atingido pelas saídas para o Brasil, a migração para França não deixa porém de ser significativa no entreguerras, atingindo o auge em 1931 com cerca de 49 mil portugueses recenseados em território francês. As repercussões da crise de 1929 e o acentuar das dificuldades económicas ao longo da década de 30, levarão a uma redução dos fluxos. Esta emigração tem características próprias, até pela proximidade geográfica favorecendo um movimento pendular entre França e Portugal.

Procurar-se-á com esta comunicação apresentar as especificidades da emigração portuguesa para França, nomeadamente a famalicense, e as condicionantes que moldam a vida e o trabalho dos imigrantes, identificando-se os principais problemas da colónia, no topo dos quais se encontra a inexistência de um tratado de reciprocidade em matéria de direitos sociais (assistência médica e proteção no desemprego). Será, aliás, a luta pela assinatura de um tratado de Trabalho o agente mobilizador da colónia portuguesa. No entanto, este virá demasiado tarde, sendo assinado com os alemães já quase nas portas de Paris, a 30 de abril de 1940, e não será ratificado por Salazar. Ironicamente, durante a ocupação alemã, servirá ao cônsul António Alves como instrumento de defesa dos imigrantes portugueses face às arbitrariedades do ocupante.

Palavras-chave: emigração, França, imigrante, portugueses.

Notas biográficas

Cristina Clímaco, *maître de conférences* na Universidade de Paris 8 Vincennes Saint-Denis, investigador integrado do Laboratoire d'Études Romanes/Pari 8 e investigador associado do HIC e do CEIS20. Tem trabalho na área do exílio e emigração nos anos 20 e 30, e das relações luso-francesas. De entre as obras publicadas destacam-se *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio, 1927-1936*, Lisboa, Colibri, 2017 e *Les Portugais et la guerre d'Espagne. Engagement militant, solidarités et mémoires*, Paris, Riveneuve/CERMI, 2021.

Arminda Ferreira

Mestre em Supervisão Pedagógica em Ensino da História, pela Universidade do Minho; Pós-graduada em Relações Históricas, Portugal, Brasil, África e Oriente, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Licenciada em Ciências Históricas – Ramo Científico e em Ciências Históricas – Ramo Educacional, pela Universidade Portucalense; Professora do ensino básico e secundária do grupo 400, História. Publicou artigos de cariz científico e pedagógico. Encontra-se em mobilidade estatutária na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão desde 1 de setembro de 2018.



Entre testemunhos e documentos – o longo caminho da investigação

Testemunho: “Conhecer o passado através da segunda geração de sobreviventes”

Cláudia Ninhos, Cristina Climaco, António Carvalho e Ansgar Schaefer

IHC/NOVA - FCSH



Durante a Segunda Guerra Mundial, apesar de Portugal ter mantido a neutralidade ao longo de todo o conflito, os portugueses não ficaram incólumes às consequências do conflito armado. A partir de França, os emigrantes portugueses que aqui buscavam melhores condições de vida, foram deportados para os campos de concentração ou para as prisões do regime nacional-socialista, internados em campos de prisioneiros de guerra ou forçados a trabalhar para os alemães, quer no interior do *Reich*, quer nos territórios ocupados. A sua memória permaneceu esquecida até ter sido recentemente resgatada por investigações levadas a cabo em arquivos alemães, franceses e portugueses. O projeto de investigação do Instituto de História Contemporânea tem procurado estudar e divulgar as histórias de vida destes portugueses. Apresentaremos, nesta comunicação, a história de José Vieira, cruzando as memórias da sua filha e a documentação identificada nos arquivos.



Notas biográficas

Cláudia Ninhos, Doutorada em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova. É investigadora do Instituto da História Contemporânea da mesma instituição. A sua investigação centra-se nas relações entre o Estado Novo e o III Reich e no Holocausto. Desenvolve atualmente um trabalho de investigação sobre a cobertura jornalística do anti-semitismo e do Holocausto na imprensa portuguesa. É co-autora do livro *Salazar, Portugal e o Holocausto* (Temas e Debates, 2013) e autora do livro *Portugal e os Nazis* (A Esfera dos Livros, 2017). Docente na Universidade Lusófona.

Cristina Climaco, *maître de conférences* na Universidade de Paris 8 Vincennes Saint-Denis, investigadora integrada do Laboratoire d'Études Romanes/Pari 8 e investigadora integrada do HIC e do CEIS20. Tem trabalho na área do exílio e emigração nos anos 20 e 30, e das relações luso-francesas. De entre as obras publicadas destacam-se *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio, 1927-1936*, Lisboa, Colibri, 2017 e *Les Portugais et la guerre d'Espagne. Engagement militant, solidarités et mémoires*, Paris, Riveneuve/CERMI, 2021.

António Carvalho, Diretor do Museu Nacional de Arqueologia (desde 2012). Licenciado em História pela NOVA-FCSH. Pós-Graduado em Ciências Documentais pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde é docente convidado na área da Arqueologia e Investigador na UNIARQ-Centro de Arqueologia. Investigador do Instituto da História Contemporânea da NOVA-FCSH.

Ansgar Schäfer, Doutoramento em História Contemporânea.

É investigador integrado do Instituto de História Contemporânea (IHC NOVA FCSH). O seu trabalho como historiador foca-se principalmente nas relações sócio-políticas entre a Alemanha nazi e Portugal, e no legado colonial português. Co-realizou o documentário de longa-metragem “Viagem ao Sol” (2021) e produziu vários filmes premiados internacionalmente, entre os quais “48”, realizado por Susana de Sousa Dias.



Atravessar fronteiras: Processos migratórios e práticas artísticas em tempo de guerra

Cristina Pratas Cruzeiro

IHA/NOVA - FCSH

Nas sociedades democráticas, o direito de emigrar não abrange, de forma igual, o direito de saída e de entrada em determinado país. Se o direito de saída, incluindo do próprio país, está consagrado com clareza numa série de textos de direito internacional, menos claro nesses textos é o direito de entrada. Neste sentido, a liberdade à mobilidade internacional é limitada e assenta numa série de paradoxos que a tornam desigual entre cidadãos.

Quando se trata de uma migração forçada, ou seja, que não parte da escolha, vontade e reflexão voluntária da pessoa que emigra, mas antes da realidade económica, social e política do país de origem, esses paradoxos tendem a evidenciar-se. Mais ainda quando se tratam de fluxos migratórios resultantes de situações de guerra.

Actualmente, em praticamente todo o mundo, decorrem guerras e conflitos que estão na origem de extensas movimentações migratórias. Para a Europa, o exemplo mais mediático e visível tem sido o fluxo migratório no Mediterrâneo, que se agudizou a partir de 2015. Constituído por migrantes provenientes, na sua maioria, de países em guerra ou em situações sociais extremas, como o Iraque, Síria, Líbia ou Turquia, este fluxo migratório tem estado na origem de várias narrativas políticas que assentam no discurso de uma 'migração irregular' e de 'crise migratória'.

Acompanhado das políticas adoptadas, este discurso, produzido e fomentado pela União Europeia, apresenta meandros que têm conduzido ao aumento da exploração da situação, com a criação de redes de tráfico de seres humanos, do fecho de fronteiras, da exponenciação de discursos xenófobos, racistas e nacionalistas.

O imaginário público do fluxo migratório do Mediterrâneo para a Europa é tendencialmente unilateral, difundido pela comunicação social a partir dos discursos da União Europeia e das posições adoptadas pelos países europeus. Visualmente, este imaginário é marcado por imagens de barcos lotados, de corpos no oceano ou a darem à costa, das condições insalubres e precárias de permanência dos migrantes e refugiados nos centros de acolhimento ou o seu encerramento.

Ao longo deste período, têm sido várias as práticas artísticas que têm tomado como objecto de trabalho o fluxo migratório no Mediterrâneo para a Europa, em particular para Lampedusa, em Itália. Alguns autores defendem a capacidade que as práticas artísticas têm de produzir novas narrativas sobre a migração, assim como discursos alternativos com capacidade para impelir a mudanças concretas na forma como a Europa e a União Europeia se têm relacionado com a questão.

Esta comunicação irá articular o tema do fluxo migratório do Mediterrâneo para a Europa com exemplos de práticas artísticas que o têm tomado como objecto de trabalho, indagando de que forma a imagética artística se tem relacionado com esta realidade e que narrativas poéticas têm sido utilizadas. É possível identificar diferentes abordagens imagéticas, tais como: a replicação de imagens reais, a exposição de resquícios objectuais de tragédias ocorridas durante as viagens e que são ressimbolizadas, ou a criação de poéticas ficcionadas. Relativamente à óptica adoptada pelos artistas as abordagens também diferem. Na criação de um contradiscurso, encontram-se práticas artísticas focadas em expor a situação das pessoas, as que se centram no falhanço da União Europeia na gestão e resolução do problema, ou as que assumem a importância da experiência do vivido, focando-se no dia-a-dia dos migrantes e de quem com eles convive. As diferentes abordagens serão apresentadas através de estudos de caso.

Palavras-chave: fluxos migratórios, práticas artísticas, guerra, mediterrâneo, activismo artístico.

Nota biográfica

É bolsreira de Pós-Doutoramento da FCT (SFRH/BPD/116916/2016) com o projeto "Colaboração e Colisão: Intervenção pública e política da arte" no Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde é investigadora integrada. Desenvolveu o doutoramento em Belas Artes, na Especialidade de Ciências da Arte (FBAUL) com a tese "Arte e Realidade: Aproximação, diluição e simbiose no século XX" e o Mestrado em Teorias da Arte (FBAUL). Foi Professora Convidada na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa (2008-2018). Os seus interesses de investigação centram-se na relação das práticas artísticas com a sociedade em diferentes perspetivas, com especial enfoque para a articulação com a política, espaço público e esfera pública. Como investigadora, coordenou e organizou várias conferências, tem participado em congressos, conferências e workshops, com comunicações referentes à sua área de especialização e tem publicado diferentes artigos em revistas de natureza científica e académica em Portugal e no estrangeiro.



Migrações em Vila Nova de Famalicão, visão genérica e especificidades

Sandra Marisa de Jesus Moreira da Rocha Teixeira
CMVNF

Partindo da ideia que Portugal é um país de acolhimento desde há muitos séculos, uma vez que a Península Ibérica foi alvo de muitas anexações e invasões, como a romana, que nos deixou marcas na Língua, na Lei e na Religião, muitos foram os que ficaram na área geográfica da Península que hoje Portugal ocupa.

Mais tarde, na era dos descobrimentos, quando as Naus vinham carregadas de “escravos” obrigados a imigrar para Portugal e a cá ficar.

Mais contemporâneo, e fruto da descolonização, especificamente de Angola e Moçambique, nos anos 70, foram muitos os nativos daquelas latitudes que vieram para Portugal continental.

O povo português sempre teve a coragem de emigrar, não é um fato recente, sempre esteve presente na sociedade portuguesa, no entanto, foi mais forte no final do século de XIX e durante o terceiro quarto do século XX.

Razões económicas, sociais, religiosas e políticas, são as principais causas para a Diáspora portuguesa nos cinco continentes.

Vila Nova de Famalicão, em pleno Minho, também viu a sua população emigrar, hoje, é um concelho Internacional e Industrial por tradição, Famalicão é o primeiro concelho exportador do Norte de Portugal e o terceiro exportador a nível nacional.

Em 2019, Vila Nova de Famalicão estava próximo de uma situação de pleno emprego, o que colocou o nosso Concelho no mapa de interesse de quem procurava trabalho, sendo nacionais ou estrangeiros, muitos migraram para Vila Nova de Famalicão, procurando melhor qualidade de vida e emprego.

A grande maioria dos cidadãos imigrantes que escolheram Vila Nova de Famalicão para viver e trabalhar são maioritariamente de nacionalidade brasileira, em segundo lugar estão os cidadãos ucranianos, e na terceira posição os indianos (SEFSTAT, junho 2021).

Estes dados são corroborados pelos dados do atendimento do Centro Local de Apoio à Integração Migrante – CLAIM de Vila Nova de Famalicão, estrutura que existe desde 2008, abrangida pelo protocolo assinado entre o Município de Vila Nova de Famalicão e o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), na altura designado por Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural (ACIDI).

O município de Vila Nova de Famalicão, preocupado com o melhor acolhimento e integração destes cidadãos estrangeiros, iniciou a implementação de dois projetos, um dirigido à capacitação dos agentes das instituições públicas que fazem atendimento e orientam os cidadãos estrangeiros e o outro que tem por finalidade a elaboração do Plano Municipal de Integração de Migrantes de Vila Nova de Famalicão, subjacente a um diagnóstico da população imigrante do Concelho que decorre neste momento.

Palavras-chave: imigração, Vila Nova de Famalicão, integração e acolhimento, internacional.

Nota biográfica

Licenciada (1996) e mestrada (2008) em Psicologia pela Universidade do Minho, desenvolve a sua atividade profissional na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão desde 2002.

É responsável pelo Centro Local de Apoio à Integração Migrante, a funcionar na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão desde 2008; apoia e esclarece os imigrantes que escolhem Vila Nova de Famalicão para viver. Nasceu em Luanda – Angola, em 1973, emigrou para o Gabão com os seus pais, em 1975, onde concluiu os seus estudos secundários, em 1991, regressando a Portugal para início dos estudos superiores.



6
FRANCS

Le Juge de paix du VI^e canton de Bordeaux certifie sur le vu des pièces suivantes : Décret de naturalisation- que Monsieur Manuel DA SILVA, commerçant, demeurant à Bordeaux 93 rue de Tuzia, est né à FAMILICÃO (Portugal) le cinq avril mil neuf cent vingt trois (5 AVRIL 1923) a acquis la qualité de Français par un acte collectif attaché à la nature de son père, Monsieur Antonio DA SILVA AVISCOSO (Portugal) le vingt sept avril mil huit cent quatre vingt dix neuf (27 AVRIL 1899) (décret du Président de la République en date du 7 SEPTEMBRE 1933).

Organização

- Leonel Rocha**
Vereador da Educação, Conhecimento e Cultura - CMVNF
- Arminda Ferreira** Educação/Cultura – CMVNF
- Isabel Barca** FLUP/CITCEM
- Luís Alberto Alves** FLUP/CITCEM
- António Gonçalves** Galeria Municipal Ala da Frente – CMVNF
- Filipa Sousa Lopes** IHC/NOVA – FCSH
- Cláudia Ninhos** IHC/NOVA – FCSH
- Miguel Barros** APH
- Aurora Marques** CFAEVNF

Fait en notre cabinet à Bordeaux
LE 23 SEPTEMBRE 1946.-

Temporário
 [Faint circular stamp]

